

## **“MULHERES NA SALA DE AULA”: BREVE HISTÓRICO ACERCA DO PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO**

**Joice Nunes de Souza**

Bolsista CAPES

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

### **Eixo 3 – Educação, Trabalho e Emancipação**

Este ensaio trata de uma breve revisão histórica trazida pela bibliografia brasileira de formação de professores, principalmente relacionada à feminização da docência. Este trabalho é de natureza bibliográfica, partindo de alguns teóricos que refletem sobre o assunto. Para compreender a relação entre mulher e educação, é necessário analisar a constituição da mulher na sociedade e a influência desse estereótipo no seu exercício no magistério. Durante o processo de elaboração do trabalho, constatou-se que, ao ingressar na profissão docente, as mulheres carregavam moldes de gênero que foram incorporados à imagem de professoras. Conclui-se que as mulheres já conquistaram um espaço próprio no campo do trabalho, mas ainda estão longe de se livrar da ideia de serem apenas "donas de casa". Embora tenham demonstrado suas habilidades, ainda enfrentam alguns problemas sociais.

As mulheres viveram sob a sombra dos homens e sob suas imposições durante muito tempo, onde foi concebida uma mulher pura e dócil, e seu papel social centrou-se apenas na família e na maternidade. Suas vidas envolviam preparação e espera para o casamento, para depois se dedicarem a seus maridos e filhos. Além disso, a educação era apenas para homens, e era ministrada por homens. As meninas foram gradativamente incluídas nesse processo, mas o estilo de ensino era diferente do dos meninos. A educação das mulheres visava transformá-las em esposas e mães "perfeitas", cheias de valores e princípios. Em momento algum, esta primeira forma de ensino foi concebida para a libertação e o desenvolvimento intelectual das mulheres.

No Brasil, como em outros países, as atividades docentes começaram como ocupações masculinas, principalmente na sociedade brasileira ligada aos jesuítas. Segundo Louro (2007), após este período em que a educação foi dominada pela religião, os homens permaneceram no magistério, sendo responsáveis pelas aulas régias. Depois que as meninas foram incluídas na educação, surgem algumas oportunidades para as

mulheres ingressarem na profissão docente, pois o ensino das meninas deveria ser responsabilidade das mulheres. “O repúdio à coeducação liderado pela Igreja Católica e a necessidade de professoras para reger classes femininas possibilitaram a abertura de um espaço profissional para as mulheres no ensino” (ALMEIDA, 1998, p. 65).

Após a Proclamação da Independência, surgiu um discurso oficial, enfatizando a importância da educação para a modernização do país, com o objetivo de fazê-la de uma vez por todas, com intuito de afastar a imagem de um “Brasil atrasado”. Em meados de 1827, os legisladores decidiram estabelecer as “escolas de primeiras letras” em todas as cidades mais populosas do império, mas a realidade estava longe de tal cumprimento legal (LOURO, 2007, p. 444). Segundo Louro (2007), existiam algumas escolas no país em maior número para meninos, mas também para meninas. Foi determinado que os professores lecionassem aulas para meninos e as professoras dariam aulas para meninas. Portanto, havia mais professores do sexo masculino do que do sexo feminino durante este período.

Embora a profissão docente tivesse certas vantagens durante este período, e os salários dos homens serem maiores do que os das mulheres, houve um momento que esses homens começaram a deixar o magistério e, por sua vez, as mulheres cada vez mais se tornaram parte do corpo docente das escolas. Segundo Almeida (1998), a feminização do ensino no Brasil ocorreu em um momento em que o campo da educação continuava se expandindo quantitativamente junto ao discurso progressista do país. A educação era necessária para atingir esse objetivo, mas o que se via nas províncias do Brasil era o abandono das escolas associadas à falta de professores bem formados. Em resposta a esta situação, a primeira Escola Normal começou a ser criada em meados do século XIX. A partir dos dados acima, pode-se observar que os homens foram gradativamente abandonando os cursos normais e salas de aula. Segundo Louro (2007) esse movimento deu origem a feminização do magistério, incluindo outros fatores.

[...] a ampliação das atividades de comércio, maior circulação de jornais e revistas, a instituição de novos hábitos e comportamentos, especialmente ligados às transformações urbanas, estavam produzindo novos sujeitos sociais, tudo concorria para a viabilização desse movimento (LOURO, 2007, p. 449-450).

Ainda segundo Louro (2007), ao serem criadas, as escolas normais deveriam formar homens e mulheres que pudessem atender ao crescimento esperado da demanda escolar, mas gradativamente essas instituições estavam recebendo mais mulheres do que homens, em algumas regiões essa tendência era ainda maior. Para a autora, esse

movimento daria “origem da 'feminização do ensino' - também observada em outros países”, fato que está relacionado ao processo de urbanização e industrialização, aumentando as oportunidades de trabalho dos homens. E afirma, ainda, que esse processo não é isento de resistências, críticas e polêmicas. Em uma série de estudos sobre o processo de feminização da docência, geralmente percebe-se que os homens desistem dessa profissão em busca de outras atividades mais lucrativas, pois a docência é um tipo de atividade não reconhecida em relação a outras atividades possíveis para esse grupo.

Desta forma, o ensino das meninas era considerado uma atividade de transmissão e doação, e as que tivessem “vocaçãõ” exerceriam esta profissão. Este discurso que liga o ensino à maternidade é tão poderoso que é usado para justificar a saída dos homens da sala de aula e legitimar a entrada das mulheres na escola. “Características que, por sua vez, vão se articular à tradição religiosa da atividade docente, reforçando a ideia de que a docência deve ser percebida mais como sacerdócio do que como uma profissão” (LOURO, 2007, p. 450). Essa noção de tratar as mulheres na educação como uma forma de doação no cumprimento de sua missão ajudará no futuro e, junto com outros fatores, desvalorizará a profissão docente.

Segundo Almeida (1998), o processo de entrada das mulheres nas escolas normais e no magistério primário é um fenômeno que ocorreu rapidamente e, em um curto espaço de tempo, elas passam a constituir a maior parte desse nível de ensino. Embora haja mais presença em escolas de formação e salas de aula, a educação das mulheres é geralmente vista como um avanço, a menos que seja essencial para buscar melhores condições de vida nas classes média e baixa. Segundo a autora, o caráter filiado das escolas femininas “legitimava a exclusão dos outros níveis de ensino e justificava currículos que privilegiavam prendas domésticas em detrimento de outras disciplinas”, limitando o ensino desse gênero. Relativamente a esta afirmação, importa referir que as escolas normais criadas desde o século XIX visam formar homens e mulheres, organizar os seus cursos através de um núcleo comum, mas proporcionar conhecimentos próprios para cada gênero.

Faria Filho e Macedo (2004), discutem a feminização do magistério em Minas Gerais por meio das políticas, legislações e estatísticas da província e reconheceram que o número de mulheres na profissão docente cresceu desde a década de 1860, o que está relacionado a vários fatores, entre eles o incentivo das políticas educacionais à presença das mulheres em sala de aula, aumento da quantidade de meninas matriculadas nas escolas primárias e mudanças na cultura escolar. Segundo os autores, no processo de

formação escolar no século XIX, pode-se observar a construção da concepção de que as mulheres deveriam ingressar na docência e a atuação da vinculação do magistério primário com a maternidade, ou seja, funções relacionadas à “natureza feminina”.

De acordo com Louro (2007), o processo de feminização pode ser entendido como o resultado de uma maior intervenção e controle do Estado sobre o ensino, ou como um processo paralelo à perda de autonomia que sofreram os agentes do ensino. A autora ressalta ser fundamental evitar uma interpretação de causalidade direta e única acerca das razões para este processo, pois ele se constituiu de forma lenta, e as mulheres, “nas salas de aulas brasileiras e nos outros espaços sociais, viveram, com homens, crianças e outras mulheres, diferentes e intrincadas relações, nas quais sofreram e exerceram poder”. Nesse sentido, Louro alerta sobre alguns cuidados que devemos ter na narrativa da história feminina, pois pensar as mulheres

[...] apenas como subjugadas talvez empobreça demasiadamente sua história, uma vez que, mesmo nos momentos e nas situações em que mais se pretendeu silenciá-las e submetê-las, elas também foram capazes de engendrar discursos discordantes, construir resistências, subverter comportamentos. Construir uma história às avessas, exclusivamente apoiada na trajetória daquelas que foram revolucionárias, talvez resultasse em uma construção reduzida e idealizada (LOURO, 2007, p. 478-479).

A autora enfatiza ainda, que é necessário evitar explicações causais diretas e únicas sobre os fatores desse processo, pois ele é construído aos poucos, e igualmente vale para as mulheres. Portanto, na posição de Louro, acredito que a feminização não pode ser analisada como uma concessão e abandono por parte dos homens, pois as mulheres estavam envolvidas nesse processo, estabelecendo-se e/ou ocupando-o para atingir o objetivo de inserção em um determinado campo. Embora se discuta a desvalorização dos professores(as), as condições de trabalho e os salários, a categoria profissional assalariada tem certo grau de popularidade e prestígio por se diferenciar do trabalho manual.

Nas últimas décadas do século XIX, a presença feminina no âmbito da educação pública primária manifestou-se de forma nítida e, gradativamente, foi ganhando espaço e se firmando por meio de discursos que ora defendiam, ora renegavam o seu comparecimento. Gouveia (2001) destacou que, ao constatar que a existência das mulheres nesse campo da educação é legal, elas montaram escritórios de representação e reformaram escolas para elas, de modo que os governantes passaram a preferi-las como disseminadoras do projeto do Estado.

Como este ensaio confirma, a feminização do magistério incidiu diretamente no exercício da profissão docente, sendo atribuídas a esta profissão certas representações. Atualmente, ao ingressar nos espaços da pré-escola e da educação infantil, as pessoas esperam encontrar em sala de aula a imagem da professora mulher como mestra da sala de aula e, se o homem ocupa este lugar socialmente definido como feminino, isso já é um motivo de estranheza. O principal motivo do ingresso das mulheres na docência foi o aumento do número de escolas e alunas relacionados ao discurso da "melhor qualificação" das mulheres em relação a seus atributos vinculados a maternidade. Nesse caso, os homens abandonaram quase completamente a sala de aula, em busca de outras atividades mais gratificantes. Aqueles que continuam a trabalhar na área da educação passam a exercer funções de supervisão e administração.

A sociedade precisa entender a diferença entre homens e mulheres na perspectiva da alteridade e não da desigualdade, para considerar a diferença uma condição necessária para a vida social, e entender que as diversidades entre os sujeitos não podem definir a relação entre superioridade e inferioridade. Esse respeito pelas diferenças entre homens e mulheres ajuda a combater os representantes estabelecidos, principalmente quando estão relacionados à profissão docente. Ensinar não é apenas uma vocação, sacerdócio ou missão, mas antes significa uma profissão, requer profissionais qualificados e comprometidos em ajudar a educar os cidadãos em seus papéis sociais, independentemente de seu gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Educação; Trabalho; Magistério.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; MACEDO, Elenice Fontoura de Paula. A feminização do magistério em minas gerais (1860-1910): política, legislação e dados estatísticos. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, 3., 2004, Curitiba. Anais... Curitiba, 2004.

GOUVEIA, Maria Cristina. Mestre: profissão professor(a): processo de profissionalização docente na província mineira no período imperial. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 2, jul./dez. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38741>>. Acesso em: 11 out. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. in: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2007. p. 443-481.